

**ALGORITMOS COMO DISPOSITIVOS PRODUTORES DE SUBJETIVIDADES: um ensaio de compreensão em Michel Foucault e Gilles Deleuze**

***ALGORITHMS AS SUBJECTIVITY-PRODUCING DISPOSITIF: a comprehension essay on Michel Foucault and Gilles Deleuze***

 Jackson da Silva Medeiros<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (UFRGS).

E-mail: [jmedeiros@ufrgs.br](mailto:jmedeiros@ufrgs.br)



**ACESSO ABERTO**

**Copyright:** Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

**Conflito de interesses:** O autor declara que não há conflito de interesses.

**Financiamento:** Não há.

**Declaração de Disponibilidade dos dados:** Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

**Recebido em:** 29/07/2020.

**Aceito em:** 22/11/2020.

**Revisado em:** 12/12/2020.

**Como citar este artigo:**

MEDEIROS, Jackson da Silva. Algoritmos como dispositivos produtores de subjetividades: um ensaio de compreensão em Michel Foucault e Gilles Deleuze. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 201-211, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v5i2.2020.60269.201-211>.

**RESUMO**

Caminho com Michel Foucault e Gilles Deleuze para expor compreensão, através deste ensaio, sobre o dispositivo – noção aberta pelo primeiro e que o segundo trabalha em sequência – para chegar à sociedade de controle e como isso se orienta a partir de algoritmos que se instauram como lei no ambiente digital. Esses algoritmos mantêm um componente que especifica o conhecimento a ser utilizado na solução de problemas e um elemento que determina as estratégias por que o conhecimento é usado. Isso permite o controle de sujeitos e sua fabricação a partir do uso de informações como mola de propulsão para um mercado que age através da liberdade dos usuários.

**Palavras-chave:** Dispositivo. Algoritmos. Subjetividade. Michel Foucault. Gilles Deleuze.

**ABSTRACT**

I walk with Michel Foucault and Gilles Deleuze to expose understanding, through this essay, on the dispositif - notion opened by the former and that the latter works in sequence - to reach the society of control and how it is guided by algorithms that are established as law in the digital environment. These algorithms maintain a component that specifies the knowledge to use in troubleshooting and an element that determines the strategies by which knowledge is used. This allows the control of subjects and their create from the use of information such as propulsion spring for a market that acts through the freedom of users.

**Keywords:** Dispositif. Algorithms. Subjectivity. Michel Foucault. Gilles Deleuze.

## 1 PRELÚDIO DO CONTEXTO

A complexidade do que é um ensaio está já em sua apresentação. Pode se caracterizar como uma avaliação crítica de algum tema; busca elementos que, constitutivos da coisa analisada, forneçam algum tipo de experimento, de construção subjetiva, sobre possibilidades, eventos, propriedades, conceitos etc. Não é empenhado ao ensaio o aprofundamento bibliográfico sobre um tema, com levantamento de infindáveis fontes, mas uma colheita e arranjo de elementos que caracterizem o contexto a ser explorado. Assim, pode ser vista como uma exegese que pretende, para além da interpretação, colocar luzes sobre alguns pontos ou aspectos que podem ser propícios para a discussão.

Desse modo, aproveitando-me desse caráter até certo ponto opaco do ensaio, quero expressar algumas proposições e considerar alguns pensamentos que se colocam na relação da construção de subjetividades do e no ambiente digital. Quero empreender uma construção que não esteja relacionada com a informação *per se*, mas, sim, com as dinâmicas das relações de poder que a informação coloca pela via digital. Considero essa abordagem rendosa para o acompanhamento do que encabeça uma construção de subjetividades contemporâneas caracterizada, aqui e de forma geral, como digital.

Intento, dessa forma, um olhar sobre a construção de subjetividades que os algoritmos instauram nos seres humanos, onde suas disposições, proposições e formas de atuação constroem o “sujeito digital” que se imbrica com o “sujeito analógico” e cria uma amálgama que se sustenta a partir desses dois polos, o que dificulta a compreensão e o entendimento de si próprio. Proposições da vida off-line que chegam à on-line e vice-versa, na constituição de sujeito projetado.

Mesmo seguindo essa não-forma, como a de um artigo científico tradicionalmente esquematizado, aproprio-me de autores e suas percepções, inclusive citações que busco condensar e explorar seu entendimento no contexto aqui explorado. Praticar esses caminhos é, acima de tudo, uma abordagem ética da informação, uma vez que não examina a ponta conclusa ou a conclusão de algo, isto é, não empreende uma análise técnica da coisa em questão. Busco o outro lado – ou, ainda, dar um passo atrás – em uma compreensão dos efeitos, o que obriga a entender os elementos que constituem a proposta e suas ações relacionais.

Busco, para isso, trabalhar a questão do dispositivo, como brevemente fundamentada por Michel Foucault e Gilles Deleuze com vistas à sociedade de controle. Compreender acepções e percepções a partir de suas ideias, aliadas à uma visão da atualidade, principalmente no tangenciamento entre o que se costuma chamar de vida “on-line” e “off-line”, uma visão que julgamos relevante para o momento, inclusive indo ao encontro daquilo que Foucault considera estudar para além do poder, ou seja, o sujeito. Considero importante, então, buscar algumas ideias dos autores supracitados, de forma a estabelecer um quadro mínimo de referência.

## 2 DO DISPOSITIVO DE CONTROLE

Para Michel Foucault (2012, p. 367) o dispositivo engloba “[...] estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.”<sup>1</sup>. Vejo que uma das virtudes dessa acepção formulada por Foucault se dá na heterogeneidade de elementos. Desse modo, é possível pensar o dispositivo como um aparato atuante e que agrega não apenas aquilo que está disposto em uma escritura ou lei, ultrapassando, inclusive, o simbólico. Vai também ao encontro daquilo que fica escondido, que não é explicitado, que, até mesmo, silencia ou é silenciado.

O dispositivo é algo que se coloca como anteparo de uma situação, o que gera e o que gerencia o acontecimento, mas que pode também ser o acontecimento em si. É a rede que constitui a rede: ao mesmo tempo que é rede, é elemento dela. Isso pode desencadear outros tantos elementos que formam as tramas, suscitando modificações que são assumidas pela teia e pelos outros elementos a partir de combinações que antes não eram previstas.

---

<sup>1</sup> Foucault (2012, p. 364-365) expande sua acepção sobre dispositivo: “[...] em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição, ou, ao contrário, como elementos que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.”.

Também é importante pensar sua constituição a partir das regras que geram sua construção, sua modificação e sua exclusão. Já que o dispositivo responde às estratégias que são colocadas pelos dominantes, respondem aos acontecimentos de forma a compor uma malha de disposições daquilo que é (ou deve ser) instaurado. É uma espécie de justificação do dispositivo, a qual se baseia na política geral de verdade de uma sociedade, estabelecendo o que é verdadeiro, o que é falso, o que pode ser aceito e o que deve ser expurgado para que o *status* da verdade seja mantido de acordo com aqueles que fazem o estatuto funcionar (FOUCAULT, 2012).

O dispositivo age como resposta a uma urgência, a uma indispensável necessidade daqueles que detêm o poder de instaurar o dispositivo, respondendo a uma contingência espaço-temporal onde o “agir-além” faz perder o sentido. Ou seja, suas funções estratégicas se coordenam na estabilização do dito e do não-dito, da verdade, sendo capaz de inutilizar o que é adverso. É, nessas múltiplas vias sem entrada e saída definidas, manipulação das relações de força (FOUCAULT, 2012).

Deleuze (1990) vai na mesma toada, percebendo que os dispositivos se organizam em seu próprio regime, como se mostram, como se escondem, como se estruturam na distribuição do poder que criam, emanam e gerenciam, arquitetando-se. É algo multilinear, um desequilíbrio entre as forças que se colocam na rede e que não permite um fechamento, não possibilitam criação de categorias analíticas que sejam perscrutáveis de maneira sistemática.

Os dispositivos são, assim, acontecimentos de fundo político onde variáveis se interpenetram; as relações que os dispositivos dispõem agem e fazem agir a partir de linhas de forças que se enredam umas nas outras, não se organizando hierarquicamente ou de maneira constante, mas a partir de uma composição onde *inputs* e *outputs* se dão a todo instante e em qualquer lugar na rede que percorre a relação dominante de poder-saber-subjetivação. Isso se coloca como uma linha de fuga que transpõe a si mesma, não funcionando, necessariamente, em todas as outras linhas ou dispositivos, sendo constituição e constituinte de movimentos variáveis entre si, inspirando novos poderes (DELEUZE, 1990).

Em um esboço, aponte que

[o] sentido desperto do dispositivo é, assim, a seleção, o agrupamento e a disseminação de potenciais conjuntos informacionais capazes de estatuir latentes ações de informação tomadas como verdadeiras. [...] As ações que são instauradas pelos dispositivos não podem ser consideradas ao acaso, por eventualidades, mas devem ser pensadas pela razão justificada do regime de verdade. Constituir uma nova ordem das coisas é criar um novo regime que esteja validado e reconhecido pelo regime atual. Há de se passar por uma alteração de sentidos daqueles que cercam o regime para que o novo seja o atual. (MEDEIROS, 2017, p. 167).

Isso significa – acompanhando Deleuze novamente – que os dispositivos se constroem em relação a uma espécie de novidade. Entendo que isso se coloca não pelo novo, uma grande ruptura que apresenta aspectos completamente novos e destoantes daqueles apresentados, mas, sim, pela criatividade transformadora de um acontecimento, traçando novos caminhos e dispositivos, aproveitando-se do fracasso, da reconstrução e da exclusão do antigo dispositivo. Uma espécie de viés, de curva, para me utilizar de Deleuze.

As relações de saber-poder-subjetividade se colocam como linhas de força que conformam experiências, ou seja, a produção de subjetividades, onde a experiência não se dá por um instinto unicamente próprio do sujeito, mas por uma instituição do sujeito enquanto sujeito. Ou seja, dá-se pela alocação dos acontecimentos que produzem um sujeito que é, como um dispositivo, atravessado por relações de poder que se instituem, alteram e excluem.

Com isso acredito, ancorado por Deleuze (1988), que toda e qualquer experiência, independentemente do ambiente ao qual está ligada, comporta-se a partir das relações de poder que a atravessam. Por esse pensamento é plausível considerar que não existe um fora. Pelo contrário, a experiência é um processo sem fim, uma construção constante de subjetividades por movimentações difusas.

Esses controles independem, assim, do ambiente em que os sujeitos estão e por onde transitam; as sociedades mantêm espaços com regramento próprio, possibilitando o seu atravessamento por forças de produção que são superiores (em constituição e efeitos) às forças elementares. Isso coordena uma espécie de emulação de indivíduos, i. e., os sujeitos divisíveis e aglomerados em bases de dados. É isso que permite a fabricação de sujeitos, pelos e como dispositivos, uma criação estratégica de regimes de dominação (DELEUZE, 2013).

Há nesse processo o que Deleuze (1990) chama de modulação, a capacidade de controle daquilo que é distribuído, comunicado, enunciado; uma variação da abrangência, da intensidade de uma mensagem, como alternância do alcance daquilo que pode ou não ser visto ou acessado. Isso compõe, em conjunto com o sistema dividual, um dispositivo de economia política da comunicação e da informação.

Dessa forma, seguimos baseados em Deleuze (2013) para compreender que a(s) sociedade(s) de controle se coloca(m) a partir das experiências em constante construção, mantendo processos de subjetivação constantes que evoluem em paralelo com seus dispositivos. Isso fabrica formas que o mundo (se) apresenta e do modo como é possível interagir com ele. Nas sociedades de controle os dispositivos não se estruturam pela rigidez, mas por formas sutis de estabelecer a positivação em espaços que não estão ligados ao confinamento, mas, pelo contrário, à liberdade.

### **3 DO CONTROLE DA EXPERIÊNCIA DIGITAL**

Aludindo à análise de Zygmunt Bauman (2001), a passagem para a pós-modernidade deslocou um espaço de solidez, onde a trajetória de vida e até mesmo de pensamento de alguém já se apresentava como definida a trilhar, para uma era líquida, em constante transformação, onde a economia, a tecnologia, os afetos e, principalmente, os sujeitos se reconfiguram constantemente. Esta reconfiguração, compreendo, está colocada nas relações de produção a partir da atuação do neoliberalismo e das tecnologias de comunicação; atuação exercida através de dispositivos que possibilitam certo tipo de controle. Além disso, há uma certa crença na neutralidade desses dispositivos, uma espécie de confiança da possível relação direta entre produtores e consumidores de informação.

Foucault (1988) traz clareza ao apontar a relação entre experiência e uma história de discursos verdadeiros, aqueles que são capazes de retificação ou correção de si mesmos no desenvolvendo de uma determinada verdade. Isso permite uma espécie de ajustamento entre o pensar e o agir, entre o teórico e prático, entre as construções sociais (políticas) que afetam e são afetadas por sistemas de regulação, ou, ainda, pelas relações que produzem subjetividades.

Essa é uma construção de uma época, de um tempo, não se constituindo de verdades universais, acompanhando a ideia de objetos e fenômenos com constituição histórico-discursiva. Ou seja, as experiências conformam os artefatos que, digitais ou

não, se moldam como dispositivos a partir de novas formas de produção de sentido, isto é, os dispositivos são geradores de formas de experiências discursivas, sejam epistemológicas, afetivas, estéticas, sociais, políticas, éticas etc. Isso acaba por fundar o conhecimento humano, o saber, processo social de construção da própria experiência.

Nesse contexto, as plataformas digitais de comunicação podem ser vistas e pensadas como a cristalização desses dispositivos, uma vez que os sujeitos estão envolvidos em seus sistemas. Colocam-se, dessa forma, como materialização das condições de existência dos sujeitos, permitindo, como menciona Foucault (2012), o reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito a partir de três eixos: o saber, o poder e a subjetividade.

A sociedade de controle, anunciada por Gilles Deleuze, nasce nesse bojo, uma vez que os processos de comunicação estão sempre subordinados às relações de poder. Isso é, o processo de comunicação da internet – e aqui é possível pensar nas mídias sociais, em blogs, em qualquer dispositivo de manifestação – se coloca como dispositivo da rede de relações que é atravessada, principalmente pelo dispositivo mercadológico. É importante dizer que este controle está posto distante e próximo do sujeito, pois ao mesmo tempo em que coordena as possibilidades dentro de redes de poder, faz isso a distância (CHENEY-LIPPOLD, 2011), permitindo coordenação dos dispositivos como estruturas estruturantes e fábricas as experiências controladas.

Conforme Lazzarato (2006), as sociedades de controle podem ser caracterizadas por três fenômenos ocorrentes desde a segunda metade do século 20: (a) emergência de cooperação entre cérebros; (b) potentes dispositivos tecnológicos; e (c) processos de subjetivação derivados. Ora, se, como afirma Lazzarato (2006, p. 77), “[a]s instituições das sociedades de controle são assim caracterizadas pelo emprego das tecnologias de ação a distância [...]”, a internet é, nesse aspecto, o principal dispositivo para/da sociedade de controle, principalmente pensando nas plataformas digitais de comunicação, uma vez que elas constituem o discurso (GILLESPIE, 2018). Isso se coloca como potencial nesse ambiente em virtude da multiplicidade e da complexidade dos agentes que se enlaçam e atuam nos mais diversos processos de subjetivação, tornando-se uma questão “[...] de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetivação dominantes” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 155).

Como bem observa Silveira (2016, p. 19), “as estruturas de agenciamento de dados e de formulação de estratégias para a atração de atenção e modulação de comportamentos são fundamentais para o capitalismo informacional”. Isso é realizado através de algoritmos, um conjunto de instruções lógicas que, encadeadas, tomam determinadas decisões, a partir de um componente lógico, capaz de especificar o conhecimento utilizado na resolução de problemas, e outro de controle, definidor de métodos estratégicos para a solução dos problemas (KOWALSKI, 1979). Em outras palavras, especificações em nível de software que se situam entre “o quê” (lógica) e “como” (controle).

Isso faz emergir um regime de informação baseado em dados –armazenamento, manipulação e retroalimentação – que permite ordenar, hierarquizar e conduzir a partir de determinada lógica (STRIPHAS, 2015), uma vez que nessas plataformas o código é lei, como anota Lessig (2006). Isso dá a esses sistemas a capacidade de limitar, permitir, oferecer, incitar, conduzir, controlar o fluxo informacional em uma relação direta com as situações dos fatos/acontecimentos sociais e políticos, causando, por exemplo, uma remodelagem de “[...] antigos vieses culturais, raciais e étnicos como verdades objetivas e empíricas, agora incorporados a algoritmos, o que resultará em uma discriminação ainda mais acentuada.” (MOROZOV, 2018, p. 179).

Entendo que, dessa maneira,

[...] os dispositivos de experiência são discursivos a partir da sua capacidade de agenciar, fazer circular e produzir sentidos de comunicação em espaços e tempos próprios. A produção de sentidos, que antes se dava a partir da separação entre sujeito e objeto, agora se dá na relação que os produz. Os efeitos produzidos estão em constante movimento, criando um fluir de identidades, acontecimentos, perspectivas etc. que só podem ser analisados se percebemos suas relações. (MEDEIROS, 2019, p. 34).

Isso pode criar, como observa Bucher (2018, p. 4), processos onde “[...] atores são articulados dentro e através de meios computacionais de agregação e organização que sempre incorporam certas normas e valores sobre o mundo social”, uma espécie de “sociabilidade programada” em um tipo de condicionante governada por outras instâncias; submissão de discursos e saberes às lógicas computacionais e mercadológicas, em processo de regulação de escolhas. Assim, os discursos podem ser sistematicamente estabelecidos por sistemas tecnológicos que, regulados por algoritmos, interferem no comportamento, organização, expressão social e política etc.

Nessa espécie de prisão – mas não mais no sentido disciplinar, como em Vigiar e Punir – onde se incita o prazer, a liberdade, a alternância, o homem tem de se livrar do homem, como alerta Peter Pál Pelbart (2000), uma vez que esse já foi moldado pela docilização que é alterada pela atual liquidez da sociedade, em mobilidade constante onde se encolhe o tempo e o espaço através de dispositivos acoplados ao nosso corpo. Corpo controlado.

A lógica aportada pelo controle está disposta a partir do neoliberalismo não só na questão capital, econômica, como a oferta de produtos através do marketing. Está também na ação do corpo e da mente, em uma estruturação do sujeito que é um empreendedor de si mesmo, um constante projeto alicerçado pela concorrência, a qual é incentivada e controlada. A questão que deve ser levantada é, nesse sentido, a instauração de discursos, de processos culturais que dão liberdade e controle e que fabricam os sujeitos, incitando constantes projetos interiores.

#### **4 DO REMATE**

Examinar algoritmos é uma tarefa que, além de não trazer elementos políticos significativos para o interesse do trabalho, faria com que a análise, como diz Introna (2015), se concentrasse em apenas uma camada superficial daquilo que está impregnado no dispositivo; e mesmo que houvesse a possibilidade de acesso e análise do código, é impossível, na maioria dos casos, esmiuçar milhares de linhas com instruções entre estruturas e funções.

Tratar algoritmos como dispositivos traz, em conjunto com a carga conceitual, aspectos políticos importantes na discussão dos regimes de visibilidade e de poder. Nesse sentido, talvez possa ir além em Deleuze, uma vez que afirma que o poder é uma terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo. Acredito que não apenas é interior, mas também exterior e também o próprio dispositivo. A rede se complexifica porque o dispositivo se coloca como a rede e partícipe da rede, como mencionei.

Algoritmos são uma estrutura não visível da internet. Todo software utilizado, toda ferramenta, enfim, qualquer instância que possibilite o contato com a internet é capaz, a partir de seu aparato lógico, de controle através de coleta, armazenamento e manipulação de dados. Os caminhos que isso abre são imensos, visto que o produto a ser comercializado são as informações dos usuários: Que produto oferecer? Para que

público? Para que gênero? Como as pessoas são capazes de gastar mais tempo em um site a partir de notícias que reforçam seu viés político? Entre outras infinitas questões.

Assim, algoritmos mapeiam e constroem categorias próprias, possibilitando, além do controle, um viés ético que deve ser discutido. Essa capacidade de formatar, controlar, tem efeitos que ainda não são completamente conhecidos – e talvez nunca sejam em sua completude – e que merecem atenção de programadores, usuários e, principalmente, de estudiosos de políticas de informação digital.

A relação ética ocorre na análise, por exemplo, do consumo e seu impacto no sujeito e na sociedade como um todo, visto que essa capacidade de coleta, armazenamento e manipulação de dados interfere contundentemente no marketing das empresas na internet: se conheço meus usuários e seus gostos, qual produto/informação devo direcionar a eles? Ou ainda: como criar uma determinada cultura em um grupo específico de pessoas? A aposta é, sem dúvida, na rentabilidade dos dados que se propõem a aprimorar, instaurar ou modificar discursos culturais.

Mesmo que corramos o risco de erigir uma tautologia, pela incursão e compreensão ensaiada, adoto a ideia de algoritmos como dispositivos porque, ao pensar sua absorção teórica e conceitual enquanto tal, permite aos algoritmos (1) fugir de uma confusão terminológica que envolva cultura, controle, regulação, entre outros termos que a literatura tem apresentado de forma pouco refletida, (2) reforçar seu sentido de construtor de subjetividades e (3) deixar claro todo seu potencial como um dispositivo em concepção foucaultiana.

Compreender o sentido do dispositivo foucaultiano, sua atuação como ferramenta conceitual e de ação é um passo interessante e importante nesse processo, já que se apropria de uma proposta bem alicerçada pela construção do autor francês, mas permite também compreender as implicações sociais, políticas, estéticas, éticas, econômicas etc. que circundam o meio. Coloca-se, assim, como uma abordagem, considero, profícua para este tipo de estudo.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BUCHER, T. **If...then**: algorithmic power and politics. New York: Oxford University Press, 2018.
- CHENEY-LIPPOLD, J. A New Algorithmic Identity: Soft Biopolitics and the Modulation of Control. **Theory, Culture & Society**, v. 28, n. 6, p. 164-181, 2011.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? *In*: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, G. **Conversações**. 3. ed. São Paulo. Ed. 34, 2013.
- FOUCAULT, M. Life: Experience and Science. *In*: FOUCAULT, M. **Aesthetics, method, and epistemology**. [S. l.], The New Press, 1988.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GILLESPIE, T. Platforms are not intermediaries. **2 GEO. L. TECH. REV.**, v. 198, 2018.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.
- INTRONA, L. D. Algorithms, Governance, and Governmentality: On Governing Academic Writing. **Science, Technology, & Human Values**, v. 41, n. 1, p. 17-49, 2015.
- KOWALSKI, R. Algorithm = logic + control. **Communications of the ACM**, v. 22, n. 7, p. 424-436, 1979.
- LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LESSIG, L. **Code version 2.0**. New York: Basic Books, 2006.
- MEDEIROS, J. S. Compreensões sobre o dispositivo: da informação à via para profanação. **Informação & Informação**, v. 22, n. 3, p. 158-177, set./out. 2017.
- MEDEIROS, J. S. Subjetividades digitais: micropolíticas info-comunicacionais e uma introdução programática. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, v. 13, n. 2, p. 26-35, 2019.
- MOROZOV, E. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.
- PELBART, P. P. **Vertigem por um fio**: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.
- SILVEIRA, S. A. Economia da intrusão e modulação na internet. **Liinc em Revista**, v. 12, n. 1, p. 17-24, 2016.
- STRIPHAS, T. Algorithmic culture. **European Journal of Cultural Studies**, v. 18, n. 4-5, p. 395-412, 2015.